

# CONTROLE DE INFORMAÇÃO: uma análise sobre o papel da censura e da *fake news* na história brasileira

GT 1 – Cultura, informação e sociedade

Modalidade da apresentação: comunicação oral

JARDIM, Hallini Izabel Ruberto<sup>1</sup>

ZAIDAN, Phillipe Derwich Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Com o crescimento da preocupação com a presença de *fake news* na política, muitas vezes se entende que essa é uma questão recente e se esquece que a presença de notícias falsas é uma constante na construção da política e da história. Pensando nisso, o presente artigo procura apontar o papel da censura e da *fake news* inseridos na história brasileira, principalmente dentro dos momentos ditatoriais (Estado Novo e Ditadura Militar). Para isso, procurou-se explorar os conhecimentos dispostos na história do Brasil e do jornalismo. A pesquisa teve caráter exploratória e bibliográfica. Foi possível assinalar que a desinformação, causada pela censura e a *fake news*, faz com que a população aceite, por desconhecimento as ações do governo, e quem se encontra disposto a não concordar com as decisões do Estado, sofre grave repressão. Assim, podemos ver que a realidade política e o desconhecimento da população de tantas questões que lhe afetam, é um reflexo de anos de negligências quanto a disseminação da informação.

**Palavras-chave:** Desinformação. Censura. Fake news. Estado Novo. Ditadura Militar.

## INFORMATIONAL CONTROL: AN ANALYSIS OF THE ROLE OF CENSORSHIP AND FAKE NEWS IN BRAZILIAN HISTORY

**Abstract:** With the growing concern about the presence of fake news in politics, it is often understood that this is a recent issue and forgets that the presence of false news is a constant in the construction of politics and history. With this in mind, the present article attempts to point out the role of censorship and fake news inserted in Brazilian history, mainly within the dictatorial moments (Estado Novo and Military Dictatorship). In order to do so, explores the knowledge available in Brazilian history and journalism. The research was exploratory and bibliographical. It was possible to point out that the misinformation, caused by censorship and fake news, causes the population to accept, by ignorance the actions of the government, and those who are willing not to agree with the decisions of the State, suffers serious repression. Thus, we can see that the political reality and the ignorance of the population of so many issues that affect it, is a reflection of years of negligence regarding the dissemination of information.

---

<sup>1</sup> hallinij@gmail.com / UFMG

<sup>2</sup> lipe-naldo@hotmail.com / UFMG



**Keywords:** Misinformation. Censorship. Fake News. Estado Novo. Brazilian Military Dictatorship.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve uma crescente discussão sobre o papel da pós-verdade na sociedade e o impacto que ela tem na vida cotidiana. Pós-verdade é definida como “circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal.” (ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES, 2018, tradução nossa).

Nota-se que no contexto da *Web 2.0*, com o crescimento da descentralização de circulação de notícias, com a consolidação de blogs, *wikis*, sites de relacionamentos e de compartilhamento, chamar a atenção de usuários por meio de *clickbait*, que consiste em fazer títulos chamativos com o intuito de atrair receita on-line, através de manchetes que desprezam critérios de qualidade e de credibilidade, tem confirmado um espaço grande para a disseminação das denominadas *fake news*.

O termo *fake news* ganhou notoriedade graças às eleições norte-americanas para presidente em 2016, principalmente pelas declarações do então candidato Donald Trump, que buscava desvalidar notícias que não aprovava, dizendo que as mesmas eram notícias falsas. Segundo o dicionário Merriam-Webster o termo surgiu no final do século XIX que é “geralmente é usado para descrever uma história política que é feita para danificar a imagem de uma agência, entidade ou pessoa.” (DICTIONARY BY MERRIAM-WEBSTER, 2018, tradução nossa).

Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, 50% da população brasileira com mais de 16 anos utiliza a internet todos os dias, e 49% da utilização é para se informar sobre o que está acontecendo no país. Sendo que mesmo com a importância expressiva da internet, mais de 89% da população recorre a televisão como meio de se informar, e 30% recorre ao rádio.



Confirma-se por meio de pesquisas de opinião, principalmente após as eleições presidenciais norte-americanas de 2016, uma crescente preocupação da população sobre o papel das *fake news* em determinar resultados de eleições, principalmente com a chegada das eleições para presidente do Brasil de 2018.

Entretanto, a utilização de notícias falsas na política não é um fenômeno recente, desde o tempo do Brasil Colônia existem registros desse fenômeno como influência na vida da população. As *fake news* cooperam para que haja desinformação, que é uma arma política forte, porque mais fácil controlar a conduta da população e colocar posições contrárias as “desejáveis” como erradas e passíveis de sofrerem consequências graves.

Para demonstrar esse fato, foi realizado um levantamento sobre como a informação circulava no Brasil desde o tempo da Colônia até a República Velha, e uma análise mais aprofundada de dois momentos na história brasileira (a Era Vargas e a Ditadura Militar) em que a força política de notícias falsas, influenciou de forma mais perceptível, a vida cotidiana no Brasil.

## 2 FAKE NEWS

Embora a popularidade do termo *fake news* seja um advento recente, que culminou ao ser dito pelo presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, durante um de seus discursos eleitorais, a ideia por trás da expressão é bastante antiga. Designam-se como *fake news* notícias e informações falsas que reproduzem o padrão convencional de notícias verdadeiras, porém que ausentam de dados editoriais e normas que validam sua veracidade e credibilidade.

Apesar de pareça um fenômeno recente, principalmente por estarem bastante vinculadas à internet, as *fake news* são algo que sempre existiu, apenas adaptaram-se a um novo contexto, formato e mídia.

Precedendo a era dos conteúdos impressos, as informações eram registradas em pergaminhos e armazenadas sob o controle de líderes de esferas sociais privilegiadas, como clero e nobreza. Aqueles que tinham os conteúdos informacionais sob seu controle, tinham, por consequência, domínio sobre sua disseminação, o que facilitava a propagação de boatos e notícias falsas, sem que houvessem maneiras acessíveis de validar o que estava sendo propagado.

No século XV, a prensa de Gutenberg mudou completamente a forma que as informações eram produzidas e disseminadas. Finalmente era possível que um número maior

de pessoas acessasse informações contidas nos livros o que ocasiona em uma revolução na vida cotidiana no continente europeu.

Com a criação das impressoras e sistemas de editoração em massa de documentos voltados para ampla disseminação, aqueles que eram letrados recorriam a essa capacidade para manipular as informações que seriam divulgadas para aqueles que eram incapazes de ler ou analisar de forma crítica o que era repassado. Como apontado por Giovannini (1987, p. 111 *apud* MELO, 2005, p. 28) “o livro, com tudo aquilo que contém, envolve interesses jurídicos, econômicos e comerciais, tanto mais relevante quanto mais se desenvolve o seu potencial de difusão popular”. Contudo, para Burkhardt (2017) a medida com que a educação foi melhorando e o domínio da leitura era tido por ampla parte da população, as *fake news* tiveram que buscar uma nova forma de serem expressas.

Segundo Leite e Matos (2017, p. 2346) “Se algum dia a informação já foi escassa, hoje ela é excedente. Este excesso parece sobrecarregar o sistema cognitivo e fazer com que a informação perca sua principal função: informar.”. Esse fenômeno contribui para o que os atores chamam de zumbificação da informação, que é o ato de consumir e disseminar informações falsas sem se atentar para isso, por não ter senso crítico ou por não checar as fontes daquela informação.

Ao demonstrar a existência histórica das *fake news* e seu propósito relacionado ao controle de informações divulgadas, infere-se que uma de suas consequências é a desinformação. Ao tratar da análise dessa temática, nota-se que em muitos casos, o uso de notícias falsas tende a causar ruptura da integridade e veracidade com o objetivo de exercer dominância pelo gerenciamento informacional.

### 3 DESINFORMAÇÃO COMO ARMA POLÍTICA

Como apontado por Breton (2002, p. 214):

Para compreender melhor as complexas interações entre o mundo da política e o da comunicação, é importante distinguir bem os níveis sobre os quais a argumentação política se estendeu progressivamente, ou seja, a maneira pela qual os homens políticos procedem para suscitar a adesão à opção que eles propõem. [...] Não há nada de comum entre uma ação de “marketing político” e uma campanha subterrânea de desinformação.

E de acordo com Gomis (1991, p.70 *apud* MEDITSCH, 2005, p. 33):

A palavra desinformação apareceu em círculos militares franceses como arte de enganar ao adversário (...): a desinformação surge quando a informação cessa de ser um fim para subordinar-se aos objetivos de uma situação conflitiva. O que desinforma atua com a intenção de diminuir, suprimir ou

impedir a correspondência entre a representação do receptor e a realidade original. (...) A desinformação, como a informação, reduz o estado de incerteza. Porém não o reduz em favor do receptor, de modo a que conheça melhor a realidade do que antes. Reduz-na a favor do emissor, que consegue fazer com que o que diz seja acreditado e tomado como realidade, não o sendo.

Podem ser citadas como características da desinformação a ignorância, a intolerância e/ou a má fé. Ignorância por parte da população, que não encontra fontes contrárias às condutas que lhes são apresentadas, portanto desconhece outras condutas possíveis para construção de seu conhecimento. Intolerância por parte do Estado, porque reprime e caça todo pensamento e ideologia que vai contra o que zela. E má fé, já que é um movimento consciente por meio dos representantes do Estado, que assegura a manutenção de seus interesses, e doutrina a população.

Tendo em vista as características apontadas acima, é possível inferir que a desinformação, utilizada como ferramenta política, busca acobertar crises em dimensões controladas, enquanto redireciona a atenção pública para outras áreas e situações que apresentem perspectivas mais favoráveis.

Tendo desertado da União Soviética para o Ocidente durante o período da Guerra Fria, o ex-agente da KGB Anatoliy Golitsyn escreveu um livro intitulado de *New lies for old*, publicado em 1984, onde expunha como o Estado era responsável pela desinformação, determinando as formas e técnicas a serem empregadas na sua disseminação. Embora Golitsyn seja visto como uma figura polêmica, tendo sua imagem desacreditada por ater-se à questões consideradas como conspiracionistas, oferece ainda assim uma visão interessante no que se refere aos objetivos e características da desinformação. De modo geral, Golitsyn afirma que a propaganda é tão expressiva na comunicação de fatos maquiados e realidades construídas, que acaba se tornando o principal mecanismo destinado a causar desinformação. Mentiras e fraudes são utilizadas como suporte à credibilidade da propaganda, onde fraquezas e fracassos de um regime são apresentados como sucesso, enquanto políticas, passividade ideológica e preocupações em relação ao futuro são representadas como vitórias e convicções.

A determinação ideológica consiste em validar discursos e, para isso, o controle da informação por mecanismos censores busca remodelar o que considera-se como memória, tecendo um futuro que se abstém de conteúdos considerados como impróprios de reverberação.

Para a configuração do poder, então, exige-se a existência de uma “vontade”, de uma “capacidade” para fazer valer a vontade, ou seja, a produção dos “efeitos desejados”, e, finalmente, da certeza de que é preciso agir, pois os efeitos não aconteceriam “espontaneamente” (SILVEIRA, 2000, p. 80)

A censura institui a retenção de arquivos e informações que não podem estar abertos para a sociedade, garantindo a manutenção do poder de seus detentores. Levando em consideração os aspectos mencionados, a desinformação encontra, naquilo que se propõe, a censura como sua aliada, visto que ambas agem na concessão dúbia e obscura do é considerado como verdadeiro e factual.

### 3.1 Do Brasil colonial a República velha: censura e controle sobre a imprensa

Quando analisada a história do Brasil nota-se, como mostrado por Costa (2008, p. 27), que a “A censura tem sido uma constante na vida brasileira em razão da condição colonial que marcou quatro séculos de nossa história”. Nos tempos do Brasil Colônia, a coroa portuguesa possuía uma lista de obras proibidas pela Igreja Católica, e por meio da instauração do Tribunal do Santo Ofício em Lisboa, em 1536, autorizava livros que poderiam ser publicados e lidos, foi instituída ação de censores, tinham o papel de garantir que os bons costumes eram respeitados, como apontado por Martino e Sapaterra (2006).

A criação da imprensa brasileira é tardia, enquanto em outros países da Europa, em 1608 começavam os primeiros jornais. No Brasil, somente em 1808, com a vinda da corte portuguesa, começa a circular o primeiro jornal oficial, já que naquele momento existiam incursões clandestinas de imprensa. Segundo Jardim e Brandão (2014), o jornal proferia os interesses das classes dominantes, então não apresentava nenhum conteúdo que ia contra a Coroa, era denominado de Gazeta do Rio de Janeiro. Para que um jornal brasileiro chegasse a mostrar oposição aos feitos da Coroa, José Hipólito da Costa vai para a Inglaterra lançar o *Correio Braziliense*, que é considerado o primeiro jornal brasileiro de fato.

A atividade editorial, embora incipiente, estava sob o controle do Poder real que se instalara na Colônia, cujo primeiro ato significativo ocorreu mais tarde, quando dom João VI deixou o Brasil em 1821 e decretou, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Sabe-se que o decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, sendo aplicada nas provas impressas, e não sobre os originais manuscritos. (CARVALHO, 1996, p. 1)

No período do Brasil Imperial, a censura do governo não era a que imperava no país, a censura era velada, feita entre as próprias pessoas da sociedade. A imprensa encontra nesse período a oportunidade de crescer, já que o governo não tinha uma lei que censurava sua atividade.

Das características marcantes na República Velha, o voto de cabresto, a corrupção e as fraudes eleitorais são as que primeiro surgem na memória. Nesse período vê-se que os



interesses das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo eram defendidos e que qualquer revolta, como Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), ou greve, como a Greve dos Operários de São Paulo (1917), eram reprimidos com força militar.

Nos governos de Deodoro da Fonseca até Epitácio Pessoa, é possível ver uma retração da imprensa e muitos conflitos, inúmeros jornais foram fechados e jornalistas mortos. Carvalho (1996, p. 5) aponta que “Neste século, o primeiro instrumento legal sobre a imprensa foi o Decreto Legislativo nº 4269, datado de 17 de janeiro de 1921, que regulava a repressão ao anarquismo, tendo sido assinado pelo presidente Epitácio Pessoa.”

Um governo notório sobre censurar e reprimir a população na República Velha é o governo Arthur Bernardes onde o desgosto que a população tinha pelo presidente era muito grande, esse presidente que era muito autoritário e repressivo. Nesse período o país passava por transformações profundas, já que contava com a presença de operários e classe média que queriam ter participação na política nacional. Nesse governo foi instaurado o estado de sítio, situação onde o governo revoga direitos de seus cidadãos, aproveitando essa situação o governo prendeu e torturou adversários.

O que segue é o governo do Washington Luís, que é conhecido como um momento de transição entre o poder oligárquico e o Estado Novo. Nesse governo escutar as necessidades dos operários e da classe média não foi uma das condutas adotadas. Os tenentes, que já demonstrava grande descontentamento com as ações do governo, unem-se a Aliança Liberal, impedem que Júlio Prestes assuma a presidência, e levam Getúlio Vargas ao poder, e seu primeiro governo durou 15 anos.

#### **4 ESTADO NOVO E PLANO COHEN**

Com a consolidação de uma aliança com os militares, o então presidente Getúlio Vargas, já reconhecido constitucionalmente, implantou em 10 de novembro de 1937 o Estado Novo. Provido de caráter autoritário, visando a centralização de poder e combate às influências ideológicas comunistas que ganhavam adeptos em território nacional, o Estado Novo foi implantado como resposta ao “Plano Cohen”. O suposto plano se referia à uma tentativa comunista de tomada do poder, através de medidas violentas e revolucionárias. De acordo com Schiavon (2009), o “Plano Cohen” tratou-se apenas da gota d’água de um processo político iminente que acarretaria na construção de um Estado forte, baseado em uma ação construída e bem planejada, cujo prenúncio já podia ser visto em na constituição de 1934, com a eliminação da figura do vice-presidente, evidencia o endurecimento do regime e assegura a posição de Vargas como chefe de Estado.

A estratégia de Vargas se constituiu no emprego de uma mentira, edificada por um falso esquema que garantiria hegemonia frente ao governo brasileiro, como exposto por Jambeiro *et al.* (2004, p. 11):

A definição do governo revolucionário veio em novembro de 1937, quando Getúlio Vargas mentiu ao povo brasileiro, afirmando que um golpe, denominado Plano Cohen, estava sendo preparado pelos comunistas e que o Brasil não seria nem fascista nem comunista. Para tanto, os militares e ele próprio estavam assumindo todos os poderes do Estado para proteger a nação e estimular seu crescimento econômico e social. Estava estabelecida a ditadura do Estado Novo.

Com o apoio dos militares e fundamentado na nova Constituição, promulgada no mesmo 10 de novembro, Vargas estabeleceu no Brasil um regime corporativista e ditatorial, baseado na idéia fascista do papel hegemônico do Estado sobre o indivíduo e as instituições sociais. Foi nesse contexto que as elites brasileiras, inspiradas neste paradigma ideológico, formaram sua identidade política e construíram o desenvolvimento econômico que o país experimentou até o final do século XX.

Jambeiro *et al.* (2004) ainda expõe que durante o Estado Novo, as ações culturais adquiriram um aspecto multidimensional, sendo ferramentas de organização política e disseminação ideológica. A ideia do uso da propaganda e meios artísticos objetivava o culto à personalidade da figura presidencial e promover a imagem fabricada e populista de seu regime. Os principais articuladores das propagandas ligadas à repercussão positiva das ações governamentais eram o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação:

Comandado por Gustavo Capanema, esse Ministério desempenhou um papel mais brando no processo de mitificação de Vargas. Ainda assim, seguiu a ideologia autoritária e nacionalista do Estado Novo. Através de decreto de 8 de março de 1940, instituiu a uniformização do ensino e criou a disciplina Educação Moral e Cívica. Os alunos eram obrigados a participar de desfiles, as chamadas paradas da raça. Cartilhas e livros de adoção obrigatória em todas as escolas apresentavam versão altamente sectária da história do Brasil e saudavam não só o ditador como também o surgimento do Estado Novo (BUENO, 2003, p. 336 *apud* JAMBEIRO *et al.*, 2004, p. 12)

Por todos esses aspectos mencionados, verifica-se o quão imprescindível foi o uso da desinformação durante o governo de Getúlio Vargas na implementação de seu Estado Novo, alimentado por engodos promovidos graças ao desenvolvimento da radiodifusão, que sofria rigoroso controle do governo. O estilo do funcionamento brasileiro de rádio era imbuído de um controle severo exercido pelo DIP, voltado especialmente para a divulgação de notícias, que expandiu sua influência para os âmbitos das comunicações, arte e cultura, como instrumento de promoção dos valores do Estado Novo, para Jambeiro *et al.*, (2004, p. 140: “ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país



defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais.”

## 5 DITADURA MILITAR E AMEAÇA COMUNISTA

O declínio do Estado Novo de Getúlio Vargas, deposto do cargo de presidente da república em 1945, marcou a ruptura de um sistema ditatorial populista que se manteve no poder durante quinze anos. Após ser sucedido por outras figuras presidenciais importantes, como Juscelino Kubitschek, eleitas de forma democrática com a restituição do pluripartidarismo, o Brasil novamente estava à beira de um novo golpe político arquitetado contra a democracia. A insatisfação de setores militares e algumas classes civis brasileiras, que incluíam membros das “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, frente às políticas adotadas pelo presidente João Goulart, incrementaram e deram forças à narrativa de que Goulart buscava implantar no Brasil um sistema de governo comunista. Assim como ocorreu anos atrás, com o Plano Cohen, uma ameaça comunista, respaldada por informações espúrias que almejavam a provocação de um rebuliço popular, concederam aos militares o apoio necessário para a tomada do poder.

Os meios de comunicação e imprensa tiveram um importante papel na contribuição do Golpe Militar de 1964, ao demonstrarem seu apoio ao governo militar por meio da propaganda e notícias tendenciosas. Embora existam narrativas das empresas de comunicação e de jornalistas que tentam minimizar, justificar ou negar seu apoio ao golpe, a absoluta maioria da imprensa hegemônica no Brasil em 1964 foi favorável à deposição do presidente João Goulart através de um Golpe Civil-Militar como apontado por Kieling (2017). Uma das razões pela qual a mídia e imprensa brasileira assentiram de forma passiva a implantação do Regime Militar, além de terem atuado como agente propagador das informações construídas sob o interesse desse governo deve-se ao seguinte fato de que o jornalismo brasileiro nunca conseguiu se desvencilhar da influência exercida pela política:

O campo jornalístico – tal como se configurou historicamente no Brasil – jamais conseguiu se autonomizar totalmente em relação à política.

Os jornais brasileiros nunca puderam assumir, por exemplo, o papel de *watchdogs*, que lhes era reservado no ideário norte-americano. Nunca conseguiram exercer, de fato, vigilância sobre a ação do Estado, no sentido clássico do liberalismo, pois nunca mantiveram uma distância suficiente dos personagens públicos. A imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política [...].

Acreditamos que esse caráter das empresas jornalísticas está relacionado à própria configuração do campo político no Brasil, marcada por uma constante tensão entre modernidade e arcaísmo, entre, de um lado, a impessoalidade e a racionalidade das instituições (baseadas nos princípios da



representatividade, da sociedade de direitos, da cidadania) e, de outro, as práticas oligárquicas, clientelísticas, familiares, patriarcais e patrimonialistas. (RIBEIRO, 2002, p. 12-13 *apud* KIELING, 2017, p. 30)

A instauração do Regime Militar coincidiu com uma época de transformações culturais e sociais, ligadas à disseminação de ideologias e estilos da contracultura jovem que vinha ocorrendo em países estrangeiros, como Estados Unidos e Inglaterra. Ao som de The Beatles e Jimmy Hendrix, inspirada pelos discursos de Martin Luther King Jr. e clamor pelo fim das guerras, a década de 1960 foi marcada pelo movimento *hippie*, renascimento sexual, libertação feminina e conflito entre gêneros e gerações. Segundo Setemy (2018), as atitudes transgressoras, representadas pelas ideias, formas de se vestir e resistência ao ultrapassado e opressor eram vistas como ameaça subversiva à ordem pública e costumes tradicionais. Diante essa crise moral, que ameaçava os bons costumes, a censura foi empregada como ferramenta de repressão e dissolução dos comportamentos tidos como subversivos e indivíduos vistos como inimigos internos potenciais.

Ainda segundo as afirmações de Setemy (2018, p. 180), diante o contexto histórico brasileiro relacionado à disseminação de desinformações e notícias falsas durante a ditadura militar, o medo sentido pelos setores militares do golpe de 1964 e parcelas da sociedade civil de que a nação se desintegrasse com a infiltração de ideologias exóticas, “casou-se perfeitamente com a longa tradição de censura já existente no Brasil”. Deste modo, a transfiguração da realidade, manipulada pela censura, entregou à população perspectivas hostis e negativas acerca de personalidades e fatos cotidianos, conforme o mencionado pelo jornalista Elio Gaspari (2002, s.p):

Quando o marechal Castello Branco entrou no palácio do Planalto, levou para o governo um mundo em que Kerouac seria um homossexual bêbado, Ginsberg um judeu doido, Huxley um inglês excêntrico, Wright Mills um exibicionista, Marcuse um alemão perigoso, King um ingênuo sonhador e Fanon, um negro desconhecido. Estavam todos muito longe da lógica do poder, do minucioso cálculo das forças econômicas e militares. Eram marginais num mundo arrumado cujos problemas, se os tinha aqui e ali, deveriam ser resolvidos através daquele vagaroso processo de evolução em que manda quem pode e quem tem juízo. Tratava-se de um mundo onde a igualdade racial era uma aspiração filosófica, o homossexualismo uma anomalia e a condição feminina, um estuário procriador, amoroso e doméstico.

A preocupação governamental em oferecer repressão nada mais era do que uma tentativa agressiva de submeter o pensamento público ao modelo de conduta esperado pelos militares, evitando abrir brechas que permitissem a evasão de ideologias opositoras que iam contra ao modelo de governo estabelecido. Ao controlar os ímpetos populares com a desinformação proveniente da circulação de notícias falsas e censura, a mensagem claramente



exposta era de que pensar criticamente equiparava-se a ameaça. Aqueles que se opunham e não davam credibilidade às informações manipuladas se tornavam em vítimas do poder repressor da ditadura, que eliminou inúmeras pessoas, restando desaparecidos até hoje.

Para Menezes e Rocha (2014) pensar era ameaçador. Expressar-se pela escrita era mais ameaçador ainda. Escrever era, sem dúvida, um ato de libertação, de tomada de posição, mas, por outro lado, em relação a seus “interpretantes-censores”, que assumiam a função de vigiar os discursos, era um ato altamente subversivo.

## 6 CONCLUSÕES

Ao analisar os conceitos de desinformação e *fake news*, relacionando-os com a censura dentro de um panorama histórico, percebe-se que a manipulação de fatos e dados é uma constante no cotidiano da vida política, afetando assim a vida cotidiana. Embora pareçam inofensivas, as notícias falsas quando disseminadas alastram efeitos nocivos para a percepção da realidade e que eventualmente levam à zumbificação da informação. A população, inerte perante conteúdo informativo que recebe e consome, adota as ideologias que lhe são transmitidas e não verificam sua procedência antes de repassá-las.

Infelizmente, parte dessa cultura demarcada pela passividade informativa se deve às influências midiáticas, com a propaganda exacerbada em validar e conferir autenticidade a tudo àquilo que é divulgado como notícia. No período do Estado Novo, é possível notar a manipulação de informações que causaram a continuidade do Presidente Getúlio Vargas como ditador, mais do que isso, há uso de artifícios que para a exaltação da imagem dele. A atuação de departamentos como o DIP, velou na sociedade brasileira um sentimento de que o papel dos meios de comunicação está ligado unicamente à transmissão de notícias consideradas “verdadeiras” e de interesse popular, embora tal interesse seja construído por alas mais influentes dos círculos sociais que determinam quais temáticas devem estar em voga e quais necessitam ser erradicadas.

Já na Ditadura Militar pode-se notar que a censura sofrida pela população impedia que a formação de pensamento crítico e das informações que circulavam pelo país. Os conhecimentos, e até mesmo expressões artísticas, são fomentados para agradar o governo, moldando e deixando a população em um estado de apatia quanto a vida política, já que quem se atrevesse ir contra o governo tinha grandes chances de sofrer torturas ou até morte.

Por fim, quanto às influências e interferências das notícias falsas nos âmbitos políticos, algo que pode ser analisado e levado em conta é de que, historicamente, o Brasil

nunca viu a grande mídia desvinculada das ações governamentais, sendo que ambos encontram-se em uma relação simbiótica beneficiando interesses próprios.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016. 120 p.

BURKHARDT, Joanna. M. History of Fake News. **Library Technology Reports**. v. 53, n. 8, p. 5-9, nov./dez., 2017. Disponível em:  
<<https://journals.ala.org/index.php/ltr/article/view/6497/8631>>. Acesso em: 05. jul. 2018.

BRETON, Philippe. **Sociologia da Comunicação**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 287 p.

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, v 25, n. 3, 1996. Disponível em:  
<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/643/647>>. Acesso em: 05 jul.2018.

COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **Censura, Repressão e Resistência no Teatro Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2008.

DICTIONARY BY MERRIAM-WEBSTER. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES. Disponível em:  
<<https://en.oxforddictionaries.com/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLITSYN, Anatoliy. **New lies for old**: The Communist strategy of deception and Disinformation. Nova Iorque: Dodd, Mead & Company, 1984.

JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia**: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro. Brasília, n. 14, p. 131-171, 2014. Disponível em:  
<[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%20e%20Trajano%20Jardim%20\(6\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%20e%20Trajano%20Jardim%20(6).pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2018

JAMBEIRO, O. *et al.* **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. 191 p. Disponível em:  
<<http://books.scielo.org/id/3yd>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

KIELING, Camila Garcia. **Imprensa e rupturas institucionais**: narrativas do vivido e do imaginário sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil e a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal. 315 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em:  
<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10599/1/000484647-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 03 de jul. 2018.



LEITE, Leonardo Ripoll Tavares; MATOS, José Claudio. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.13, p. 2334-2349. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MARTINO, Agnaldo; SPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. **Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 15, p. 234-243, 2006. Disponível em: <[http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos\\_censura\\_brasil.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MEDITSCH, Eduardo. A desinformação política na campanha eleitoral de 2002: programa de governo de Lula na propaganda e no jornalismo eletrônicos. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 26, n. 43, p. 29-45, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3986/3865>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, v. 8, n. 1, p. 26 - 38. jan/jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24592/14116>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MENEZES, Leila Medeiros de; ROCHA, Décio. Uma abordagem discursiva da censura no Brasil em tempos de ditadura: gonzaguinha e a resistência pela música. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 6, n. 12, p. 73-90, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/215>>. Acesso em: 05 de jul. 2018.

MOREIRA, Carla Barbosa. Censura, memória e arquivo discursivo. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 107-118, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-08.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2018.

SCHIAVON, Carmem Genilda Burgest. Análise de aspectos da implantação do Estado Novo no Brasil. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 23, n. 2, p. 237-250, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1319>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi: Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000100171&lng=en&tlng=en)>. Acesso em: 05 jul. 2018.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a08v29n3.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2018.